

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.301 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2001



O ministro Pedro Malan está sendo convidado para esclarecer as denúncias da revista *Veja*

Senadores querem ouvir Malan e Grossi sobre denúncias contra Lopes

Iniciativa de ouvir as duas autoridades partiu dos senadores Romero Jucá, líder do governo no Senado, e Eduardo Suplicy, do PT

PÁGINA 3



Tereza Grossi, segundo Suplicy, organizou os trâmites do socorro aos bancos Marka e FonteCindam

Recursos para preservar a Amazônia

A senadora Marina Silva manifesta a esperança de que seu projeto que destina 1% dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para o desenvolvimento e a preservação da Amazônia seja aprovado hoje pelos membros da Comissão de Assuntos Sociais.

PÁGINA 7



Ramez Tebet colocará o relatório sobre a violação do painel em votação amanhã



Arruda é membro do Conselho de Ética e enfrenta pedido de abertura de processo

Tebet decide na quarta se Arruda vota no conselho

O presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet, anunciará no início da reunião de amanhã, às 10h, se o senador José Roberto Arruda terá direito a votar o relatório que pede a abertura de processo para cassação de seu próprio mandato. Arruda é integrante do conselho e, ao mesmo tempo, apontado no relatório do senador Roberto Saturnino como envolvido no episódio da violação do painel eletrônico. O relatório, cuja votação deve ocorrer amanhã, pede também a abertura de processo de perda de mandato contra o senador Antonio Carlos Magalhães.

PÁGINA 4

Salário-educação pode beneficiar municípios

A Comissão de Educação pode votar hoje projeto de Álvaro Dias que muda as regras de distribuição dos recursos do salário-educação. A proposta determina que um terço das verbas seja destinado aos municípios, de acordo com os mesmos critérios de proporcionalidade que regem a distribuição dos recursos do Fundef. Segundo o senador, o projeto representa "mais um passo na eliminação das desigualdades de gastos por alunos no interior de cada estado".

PÁGINA 6



CAS discute a política urbana

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado discute em audiência pública hoje, a partir das 10h, projeto de lei que fixa as diretrizes gerais da política urbana. O debate dará subsídios para a votação do substitutivo da Câmara a proposta do ex-senador Pompeu de Souza, já falecido.

PÁGINA 8

Ministros debatem a crise de energia com senadores

Os ministros Pedro Parente e José Jorge, dirigentes da Aneel e do Operador Nacional do Sistema, e três professores universitários devem participar hoje, às 10h, de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado.



Eles vão debater com os senadores a crise energética enfrentada pelo país e as medidas adotadas pelo governo federal para tentar evitar um colapso no abastecimento de energia elétrica.

PÁGINA 5

Comissão vota hoje pedido de auditoria e avisos do TCU

CFC reúne-se novamente amanhã para ouvir o presidente do tribunal, Humberto Souto

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) examina na tarde de hoje, após a ordem do dia, requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitando que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize uma



Ney Suassuna é o presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado

auditoria sobre a aplicação de recursos obtidos pelo estado de Mato Grosso junto ao Banco Mundial. O empréstimo, no valor de US\$ 45 milhões, foi aprovado pelo Senado com o objetivo de financiar o Programa de Reforma do Estado. Suplicy argumenta que, uma vez tendo a União avalizado o financiamento, o TCU tem o direito de efetuar as fiscalizações que julgar necessárias, já que o procedimento está previsto na Lei Orgânica do Tribunal.

A CFC aprecia na mesma reunião 29 avisos do TCU sobre decisões tomadas por aquela corte que, por força de lei, devem ser examinadas

pela comissão. Entre os avisos, estão os relatórios referentes a auditorias realizadas na Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional e na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Será apreciado ainda o relatório da auditoria realizada na área habitacional da Caixa Econômica Federal, relativa ao descumprimento de normas específicas determinadas pelo tribunal

A comissão volta a ser reunir amanhã, a partir das 18h, para ouvir o presidente do TCU, ministro Humberto Souto, que prestará informações sobre os trabalhos que vêm sendo realizados pelo tribunal.

Antes, a comissão votará proposta do Executivo que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar de R\$ 55,5 milhões para o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal.

Presidente da Federação Paulista depõe às 10h

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro ouve hoje, a partir das 10h, depoimento do presidente da Federação Paulista de Futebol, Eduardo José Farah, e do funcionário da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) Ariberto Pereira dos Santos Filho. O senador Geraldo Althoff (PFL-



SC), relator da CPI, já pediu a quebra do sigilo bancário e fiscal de Farah.

Presidida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a CPI tem prazo até o fim do ano para investigar denúncias de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e outras irregularidades no âmbito de clubes e outras entidades ligadas ao futebol.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 44/00, que altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal (dispõe sobre a renúncia dos chefes do Executivo que quiserem se candidatar à reeleição); quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; PLC nº 101/2000, faculta às gestantes o acesso a ônibus, cinemas e outros locais sem a utilização da catraca ou roleta, quando assim o exigir; PDL nº 129/2000, aprova o texto da Emenda ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 4 de julho de 1947, celebrada entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, em Brasília, em 3 de dezembro de 1998; PDL nº 152/2000, aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rocio para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba (PR); e PDL nº 153/2000, aprova o ato que outorga permissão à Thomazella, Pavan & Cia. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Fé (PR).

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública para instrução do substitutivo oferecido pela Câmara dos Deputados ao PLS nº 181/89, que estabelece diretrizes gerais da política urbana - Estatuto da Cidade, com os seguintes convidados: ministro Ovidio de Angelis, secretário de Desenvolvimento Urbano, ou representante; deputado Inácio Arruda, relator do projeto na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados; e Raquel Rolnik, consultora do Instituto Polis. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 9*

Após ordem do dia - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Mensagem nº 121/2001, submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Luis Carlos Wanderley Lima, para ser reconduzido, por três anos, ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; PLC nº 84/2000, dispõe sobre a propiciação de consultas às trabalhadoras e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher, nas situações que especifica; PLS nº 34/01, altera a redação do art. 4º da Lei nº 6.528/78, para estabelecer cota mensal mínima gratuita de água para consumo residencial unifamiliar; PLS nº 79/2000, altera a Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; entre outras propostas. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 11*

10h - CPI do Futebol

Pauta: depoimento do funcionário da CBF Ariberto Pereira dos Santos Filho e de Eduardo José Farah, presidente da Federação Paulista de Futebol. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 108/01, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 150 milhões de principal, entre o Banco do Nordeste do Brasil S/A e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia do Brasil, destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas (PEM); PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; entre outras propostas. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o processo de racionalização e racionamento do uso de energia elétrica no país, bem como a atual política tarifária e suas futuras modificações.

Convidados: ministros José Jorge, de Minas e Energia, e Pedro Parente, da Casa Civil; José Mário Miranda Abdo, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); César Antonio Gonçalves, superintendente de Regulamentação Econômica da Aneel; Mário Fernando Santos, presidente do Operador Nacional do Sistema (ONS); professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Luis Pinguelli Rosa e Maurício Tolmasquim, e da Universidade de São Paulo (USP), Ildo Sauer. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 13*

11h30 - Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 165/99, que dispõe sobre a preservação da concepção urbanística da capital federal; PLS nº 53/01, modifica o art. 15, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 9.424/96, e o art. 2º da Lei nº 9.766/98, que dispõem sobre o salário-educação; requerimento ao PLS nº 202/99, do senador Lúcio Alcântara, solicitando que o projeto seja encaminhado para análise da Comissão de Educação; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: exposição do senador Hugo Napoleão sobre a 3ª Cúpula das Américas em Quebec (reunião sobre o Alca); PLS nº 292/99 (tramita em conjunto com os PLS nºs 386 e 614, de 1999), que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo; e Requerimento s/nº/01, do senador Tião Viana, solicitando audiência pública para debater

as ações e mecanismos do governo no combate ao tráfico e ao consumo de drogas, as normas legais vigentes e o quadro atual da dependência no Brasil. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

Após ordem do dia - CPI das ONGs

Pauta: depoimento de Lorenzo Carrasco, autor do livro *Máfia Verde*. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

Após ordem do dia - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: apreciação de diversas matérias, destacando-se: Avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em vários órgãos públicos; Aviso nº 133/00, que encaminha ao Senado o relatório de atividades do TCU referente ao quarto trimestre de 1999; Diversos nº 62/97, do TCU, que encaminha ao Senado relatório das atividades referente ao terceiro trimestre de 1997; e Mensagem nº 541/99, abre no Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 55,5 milhões, em favor de refinanciamento da dívida pública mobiliária federal. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 6*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Hora do expediente: Homenagem à memória de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná, pelo bicentário de seu nascimento, nos termos do Requerimento nº 197/2001, de autoria do senador Lúcio Alcântara.

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 44/00, que altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal (dispõe sobre a renúncia dos chefes do Executivo que quiserem se candidatar à reeleição); quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; PDL nº 157/2000, aprova o ato que outorga concessão à Fundação dom Avelar Brandão Vilela para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador (BA); PDL nº 164/2000, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Juazeiro para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juazeiro (BA); entre outras propostas.

Quinta-feira

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 64/2000, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Lazer do Alto do Rio das Velhas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Lagoas (MG); PDL nº 80/2000, aprova o ato que renova a outorga da Fundação José Resende Vargas de Rádio para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Paranaíba (MG); PDL nº 167/2000, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Três Colinas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca (SP); entre outras propostas.

Sexta-feira

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira

10h - Conselho de Ética

Pauta: votação do relatório sobre a denúncia contra os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: apreciação de diversas matérias, destacando-se: PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; emendas de Plenário nºs 2 e 3 à PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP), altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 - Código de Processo Penal; entre outras propostas. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

10h - Comissão de Educação

Pauta: audiência pública para instruir o PLS nº 575/99, altera a Lei nº 9.612/98, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para prestar o serviço de televisão comunitária. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

18h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: audiência pública com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Humberto Souto, a fim de prestar informações sobre os trabalhos que estão sendo realizados pelo órgão e para promover o estreitamento das relações entre o Legislativo e o TCU. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 6*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Jefferson prevê um "final sombrio" para governo FHC

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) previu ontem em Plenário "final sombrio" para o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem ainda dois anos de mandato. Conforme o senador, além da crise da Argentina e seu efeito contaminador sobre a economia brasileira, o país está às voltas com um escândalo no Senado, protagonizado por parlamentares da base de sustentação do governo, e com o "abafamento" de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias de corrupção. E a crise de energia elétrica está tornando a situação "ainda mais caótica", acrescentou.

— Tudo parecia indicar que 2001



Jefferson: "Será triste ver o governo Fernando Henrique terminar desse jeito"

seria o início de um ciclo virtuoso para o Brasil, mas o clima hoje é mais o de um pesadelo. Uma das consequências do racionamento de energia elétrica será menor crescimento econômico.

Referindo-se a discursos pronunciados pouco antes pelos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Marina Silva (PT-AC), Jefferson observou que há outros fatos graves passando despercebidos. É o caso, afirmou, dos desmatamentos em grande escala na Amazônia, evidenciando a falta de poder do Ministério do Meio Ambiente. O parlamentar classificou o ministro Sarney Filho de "voz isolada".

— Será triste ver o governo Fernando Henrique terminar dessa maneira — finalizou o senador.

Maria do Carmo propõe a volta da Sudam e Sudene

Citando artigo do jornalista Luiz Nassif, publicado na *Folha de S. Paulo* sob o título "O país dos pinóquios", a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) voltou a propor a derrubada, por meio do voto, da "famigerada Medida Provisória de nº 2.145/2001", que extinguiu



Para Maria do Carmo, dados que justificaram a extinção dos órgãos são falsos

a Sudene e a Sudam. A senadora também reclamou do comportamento preconceituoso da maioria da imprensa do Sul e Sudeste em relação ao Nordeste. Segundo ela, as duas regiões só merecem manchete quando as notícias são negativas.

A senadora explicou que os números apresentados como o "rombo da Sudene" são inverídicos, mas nem por isso a imprensa corrigiu a notícia de "uma enorme fraude" e nem desmentiu os dados falsos divulgados pelo governo.

— Do mesmo modo, o senhor presidente Fernando Henrique Cardoso, para demonstrar que é um homem justo e que não é verdadeira a notícia que divulgam sobre a má vontade que ele cultiva com o Nordeste, deveria autori-

zar, imediatamente, a retirada da funesta MP — sugeriu.

Para Maria do Carmo, o presidente da República cometeu ato apressado ao extinguir a Sudene. Com base nas conclusões da CPI do Finor (Fundo de Financiamento do Nordeste), a senadora explicou que o

"rombo" de mais de R\$ 2 bilhões e os cerca de 500 projetos irregulares foram desmentidos. Os dados antes apresentados são "absurdos, levianos e mentirosos", disse. Maria do Carmo lembrou que a CPI do Finor constatou que, de um total de 3 mil projetos aprovados em 41 anos de existência da Sudene, 51 deles foram identificados como irregulares, correspondendo a 1,7% do total dos recursos aplicados.

— Considero importante repetir muitas vezes que, durante toda a longa existência da Sudene, foram aplicados apenas US\$ 7,27 bilhões, gerando quase 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos. Enquanto isso, mais de US\$ 22 bilhões foram gastos em apenas dois anos pelo governo na salvação generosa de bancos falidos.

Jucá quer depoimento de Malan e Tereza Grossi sobre denúncias

Os dois prestariam esclarecimentos sobre a acusação de que ex-presidente do Banco Central teria participado da venda de informações privilegiadas

Na qualidade de líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou requerimento convidando o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e a diretora de Fiscalização do Banco Central, Tereza Grossi, para deporem em sessão conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC). O requerimento deve ser votado hoje pelas duas comissões.

Segundo Jucá, o governo tem pressa em esclarecer as denúncias da revista *Veja* sobre a venda de informações privilegiadas por parte do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes e repasse de dólares a câmbio mais barato ao banqueiro Salvatore Cacciola. "O governo nada tem a temer e quer ver tudo esclarecido o quanto antes. Vamos fazer um esforço para que os depoi-



Segundo Romero Jucá, "o governo nada tem a temer e quer ver tudo esclarecido"

mentos se realizem ainda esta semana", afirmou.

ENERGIA

O líder do governo no Senado manifestou-se ainda sobre o noticiário da imprensa relativo à crise de energia no país e às medidas que estão sendo adotadas para contornar a situação. "Trata-se de um esforço de guerra para vencer esse desafio e o governo considerou 'positiva' a resposta dada pela maioria dos setores relevan-

tes da sociedade", disse.

Jucá anunciou para hoje, ao meio-dia, a realização de reunião, no Palácio do Planalto, entre o presidente Fernando Henrique Cardoso, integrantes da Câmara de Política Energética e lideranças políticas do Senado e da Câmara dos Deputados. O encontro pretende identificar outras medidas de economia de energia elétrica que ajudem no esforço de vencer a crise, explicou o líder.

Suplicy também cobra esclarecimento

A fim de esclarecer se o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e a diretora de Fiscalização do Banco Central (BC), Tereza Grossi, contaram tudo o que sabiam sobre o socorro financeiro dado aos bancos Marka e FonteCindam, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) deseja que eles venham novamente ao Senado para falar sobre o caso.

Suplicy apresentou requerimento para que os dois compareçam às comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC). Eles fariam sobre as denúncias publicadas pela revista *Veja*, segundo a qual o banqueiro Salvatore Cacciola, na crise cambial de 1999, teria chantageado Francisco Lopes, então presidente do Banco Central, a fim de obter ajuda financeira para socorrer o Banco Marka.

Lembrando que Tereza Grossi "organizou os trâmites daquela decisão e depois foi promovida diretora de Fiscalização do Banco Central", Suplicy quer saber até que ponto ela e Pedro Malan tiveram conhecimento dos fatos relatados por *Veja*. O senador também considera importante que os dois contem que provi-

dências vêm sendo adotadas, desde então, para evitar e detectar possíveis vazamentos das decisões do BC.

Remontando a 1999, quando o Senado instalou CPI para investigar, entre outras denúncias, o socorro prestado aos bancos Marka e FonteCindam, Suplicy recordou que essas instituições foram autorizadas a comprar dólares por preço abaixo do valor de mercado, causando ao Tesouro um prejuízo de R\$ 1,6 bilhão.

Em sua opinião, entretanto, muitas perguntas ficaram sem respostas convincentes. Entre elas, o papel da fiscalização do BC no episódio e a participação do primeiro escalão do governo Fernando Henrique no socorro financeiro aos dois bancos.

Em aparte, o senador Romero Jucá afirmou que o governo não tem nenhum envolvimento nos fatos nem o que esconder. Como exemplo de tentativa de forjar escândalo para envolver o governo, Jucá referiu-se às notícias referentes ao Dossiê Cayman, afirmando que agora a imprensa reconhece que se tratava de uma farsa.

Helóisa Helena (PT-AL) tam-



Suplicy propõe que Malan e Grossi voltem ao Senado para falar sobre o caso Marka/FonteCindam

bém apartou Suplicy, lembrando que Pedro Malan declarou que só se manifestaria sobre as denúncias dez anos após a sua própria morte. Ela disse que o requerimento de Suplicy permite que o ministro não espere tanto tempo para contar o que sabe. Afirmou ainda que a presença de Malan e Tereza Grossi no Senado não inviabiliza a instalação de CPI para investigar as denúncias. Para ela, só uma CPI revelará se o que foi publicado na *Veja* é verdade ou não.

Conselho de Ética deve votar relatório amanhã

Na reunião, marcada para as 10h, o presidente do conselho, Ramez Tebet, anuncia se José Roberto Arruda pode votar, como integrante do colegiado, o relatório de Roberto Saturnino sobre a violação do painel

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informou que anunciará amanhã, às 10h, se o senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) poderá ou não votar, como integrante do conselho, o relatório que recomenda punição máxima para o próprio Arruda e para Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), por suas participações no episódio de violação do painel de votações secretas do Senado. “Minha decisão terá respaldo jurídico e do Regimento”, disse.

Na reunião, depois de uma solução sobre o voto de Arruda, Ramez Tebet pretende colocar em votação o relatório do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) sobre o caso. O relator concluiu que Antonio Carlos e Arruda cometeram “irregularidade grave” no episódio. No caso de Antonio Carlos, Saturnino afirma que ele tomou conhecimento da retirada de uma lista da votação secreta que casou o senador Luiz Estevão, em junho do ano passado, e não tomou qualquer providência para punir os responsáveis pela viola-



“Minha decisão terá respaldo jurídico e do Regimento”, afirma Ramez Tebet

ção do painel.

O Conselho de Ética vem investigando, a pedido do Bloco Oposição, se Antonio Carlos feriu o decoro parlamentar em conversa com três procuradores da República, em fevereiro passado, quando teria afirmado que conhecia a lista com os votos secretos dados na sessão que casou Luiz Estevão. A conversa foi gravada pelo procurador Luiz Francisco de Souza, que repassou a fita à revista *IstoÉ*, que fez a primeira denúncia. O conselho já tomou 13 depoimentos, entre eles de funcionários do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen), os quais envolveram o senador José Roberto Arruda.

ACM nega apoio a CPI e diz que não pretende renunciar

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem, em entrevista à imprensa, que não pretende assinar qualquer novo pedido de instalação de CPI, “no momento”. Ele recomendou ao governo que tome a iniciativa e investigue



Antonio Carlos recomenda ao governo iniciativa de investigar novas denúncias de *Veja*

as novas denúncias da revista *Veja* sobre o caso da injeção de dinheiro do Banco Central no Banco Marka, “antes que o Senado o faça”.

— Isso não quer dizer que, se surgir alguma coisa mais grave e concreta, eu não vá assinar o requerimento da CPI. Só afirmo que, no momento, não assino — acrescentou.

Mais uma vez o senador garantiu que não pensa em renunciar ao mandato, por ter certeza de que sairá vitorioso no processo que enfrenta no Conselho de Ética. Na visão de Antonio Carlos Magalhães, depois

que o processo passar pelo Conselho de Ética, a Mesa “não poderá decidir em 24 horas” sobre o encaminhamento do caso.

Lembrou que o processo tem 2.314 páginas e, se a Mesa decidir remetê-lo de volta ao conselho em 24 horas, como tem sido noticiado, o “relator estaria cometendo uma levandade e sua decisão poderia ser impugnada”. O senador observou que a imprensa se equivocou ao noticiar que ele teria prazo só até amanhã, quando o Conselho de Ética votará seu caso, para decidir se renuncia ou enfrenta o processo de cassação. “Tenho um prazo razoável para estudar o assunto”, disse.

— É um erro o Senado fazer julgamentos políticos, porque o Regimento Interno e a Constituição não podem ser ignorados. Se forem ignorados, a decisão política pode ser contestada — sustentou.

Comissão examina hoje restrições ao uso de armas de fogo no país

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa hoje, a partir das 17h30, o parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP) a projetos que restringem o porte de armas em todo o país. O senador vai defender a posse de armas de fogo pelo cidadão comum, desde que mantidas na respectiva residência.

Nas ruas, de acordo com o parecer de Pedro Piva, o porte de armas ficará restrito a membros das Forças Armadas, policiais civis e militares e moradores da área rural. A proposta também permite o porte a fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), bem como a atiradores profissionais, caçadores e colecionadores de armas.

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), analisa requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) que solicita a realização de



Parecer de Pedro Piva permite posse de arma ao cidadão comum, em sua residência

audiência pública para debater as ações e mecanismos do governo federal no combate ao narcotráfico, consumo de drogas, normas legais vigentes e o quadro atual da dependência de drogas no país.

Caso o requerimento do senador seja acolhido, a CRE deverá marcar o dia e a hora para ouvir o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto

Mendes Cardoso; o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel; o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Jaime Henrique Chemello; e o procurador da República Luiz Francisco de Souza.

Constam ainda da lista de convidados apresentada por Tião Viana o juiz federal Pedro Francisco, a subprocuradora e professora de Direito Penal da Universidade de Brasília (UnB) Ela Wiecko Volkmer de Castilho e a procuradora-geral da República Rachel Elias Ferreira Dodge.

A CRE deve ouvir também exposição do senador Hugo Napoleão (FFL-PI) sobre a 3ª Cúpula das Américas, realizada em Quebec, Canadá, quando foi discutida a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O senador participou da reunião a convite do governo brasileiro como representante do Senado.

Álvaro Dias destaca trabalho de ONG no combate à violência

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) destacou ontem, em Plenário, o trabalho da organização internacional Projeto de Não-Violência, criado a partir da iniciativa de homens de negócios, que investem na chamada cidadania empresarial, envolvendo-se em campanhas de combate à violência. Ele disse que Curitiba é a sede brasileira do projeto, que tem apresentado resultados promissores.

Com atividades em escolas e comunidades carentes, o projeto orienta os jovens a empregarem positivamente seu tempo livre. Álvaro Dias explicou que um grupo de estudantes curitibanos foi escolhido para atuar como “embaixadores da não-violência”. Eles foram treinados para a solução de conflitos e estão criando conselhos locais de não-violência e desenvolvendo programas inovadores para a redução dos índices

de violência em suas comunidades.

Álvaro Dias lamentou, porém, a escalada de violência em todo o país e chamou atenção para a indiferença das classes altas com o sofrimento dos mais pobres. O senador lembrou que a sociedade brasileira, a imprensa e os governantes costumam indignar-se diante de crimes bárbaros, mas tudo logo volta à rotina, e o tema da violência fica sem discussão, sem aprofundamento e sem respostas. Ele lembrou as vítimas anônimas nas periferias das grandes cidades e a falta de emprego e oportunidade para os jovens.

O senador afirmou que empresas que financiam o Projeto de Não-Violência — seu lema é “Inspirar, motivar e comprometer os jovens em um movimento mundial pela redução da violência” — ganham o direito de usar o símbolo do programa em seus materiais publicitários.



O Projeto de Não-Violência atua em comunidades carentes e escolas, disse Álvaro Dias

— As empresas, assim, devolvem à sociedade o benefício de parte de seus lucros, e recebem de volta, em confiança e boa-vontade, a resposta dos consumidores mais conscientes — disse, criticando, por outro lado, o que classificou de “apologia do delito” por parte de inúmeros artistas e políticos, que transmitem valores negativos aos jovens.

Ministros falam sobre escassez de energia

Pedro Parente e José Jorge participam de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Também está prevista a presença de outras autoridades do setor e professores da UFRJ e USP

Acelerar ao máximo os investimentos no Plano Prioritário de Termoeletricas (PPT), lançado em março do ano passado, e contar com o apoio da população no sentido de economizar muita energia. Esses serão os pontos centrais defendidos pelo governo durante audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado (CI), hoje, a partir das 10h, segundo informações do Ministério de Minas e Energia (MME).

Deverão comparecer à audiência pública da CI, presidida pelo senador José Alencar (PMDB-MG), os ministros José Jorge, de Minas e Energia, e Pedro Parente, da Casa Civil, presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia; o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo; César Antonio Gonçalves, superintendente de Regulação Econômica da Aneel; Mário Fernando Santos, presidente do Operador Nacional do Sistema (ONS); professores Luís Pinguelli Rosa e Maurício Tolmasquim, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e o professor Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo (USP).

Durante a audiência, o governo deverá anunciar também que será baixada, ainda esta semana, portaria do Ministério de Minas e Energia que congela por 12 meses o preço do gás natural, em reais. O ministro José Jorge já entregou a minuta da portaria ao presidente da República. Com essa medida, o governo pretende superar um dos principais obstáculos aos investimentos privados nas termoeletricas movidas a gás.



A portaria praticamente elimina os riscos apontados pelas empresas com relação à flutuação cambial e o seu conseqüente impacto nos preços do gás utilizado para mover as usinas. Pelo que prevê a portaria, ao final dos 12 meses do congelamento, se houver déficit na conta gás, a média das perdas será repassada às termoeletricas, que ficarão autorizadas a promover aumentos correspondentes de tarifas.

O governo quer, também, adotar mais rapidez na liberação de recursos para outras obras já em



José Alencar preside audiência da Comissão de Infra-Estrutura

andamento e que visam à elevação da oferta de energia. Acredita-se, assim, que muitas obras poderão estar concluídas a partir de 2003 e nos anos subsequentes.

Durante a reunião da CI, os representantes do governo pretendem deixar claro, segundo se diz no MME, que não pretendem contar com

a volta das chuvas para vencer a crise atual. O último boletim de previsões do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) aponta um período de seca pelo menos até o final de agosto nas regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Iris aponta responsabilidade da equipe econômica pela crise

A atual crise energética demonstra, na avaliação do senador Iris Rezende, a predominância da equipe econômica na condução do governo. Para ele, a preocupação excessiva com a estabilidade econômica fez com que o governo deixasse de investir na geração de energia e em áreas importantes como a agrícola.

— A lição que devemos tirar deste momento é a de que o governo não pode deixar à vontade da equipe econômica as decisões mais importantes para o país. Os ministros da Fazenda e do Planejamento colocaram o presidente Fernando Henrique numa fria — afirmou Iris.

O senador criticou a proposta do governador de Goiás, Marconi Perillo, de privatizar a companhia de energia do estado. Iris entende que a medida poderá trazer conseqüências drásticas para a sociedade goiana, especialmente em um momento de carência de energia. Ele lembrou que, quando governador, teve a preocupação de investir na geração de energia, elevando a produção, em dois anos, em 220 megawatts, mais de um terço da energia produzida no estado.

Para o senador, a falta de planejamento na condução dos destinos do Brasil pode provocar problemas e processo de decadência agrícola.



Iris diz que crise mostra predominância da equipe econômica



Mestrinho é relator da emenda que obriga o BNDES a prestar contas ao Senado

CAE examina exigência de prestação de contas do BNDES

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá examinar hoje, às 10h, emenda modificativa de autoria do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) que obriga o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a prestar contas, anualmente, das operações financeiras efetuadas em cada exercício. A emenda do ex-líder do governo altera projeto de lei do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que obriga o BNDES a aplicar no mínimo 22% dos recursos do seu sistema no financiamento de projetos do setor agroindustrial.

Na emenda de Arruda, o percentual mínimo destinado à agroindústria deixa de existir, entendendo o senador que apenas prestando contas das suas operações ao Senado o governo estará criando condições para que o Legislativo acompanhe o comportamento das aplicações naquele setor.

Ao apresentar o seu parecer, o relator da matéria, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), considerou “desnecessária e inoportuna a vinculação de recursos do BNDES para o setor agroindustrial”, conforme proposto no projeto original. “A emenda modificativa do senador Arruda é pertinente — diz Mestrinho —, na medida em que cria uma sistemática de prestação de contas do BNDES ao Senado e abre canal institucional do Congresso com o Executivo do debate sobre a política de financiamento do desenvolvimento do país.”

Ao relatar o projeto original de Álvaro Dias, o senador Mestrinho assinalava, à época: “No

mérito, o projeto é louvável, por conferir prioridade a um setor muito importante para a economia brasileira. A fixação do percentual de 22% para a agroindústria em relação aos desembolsos totais do sistema BNDES deverá provocar um impacto extremamente positivo na atividade agroindustrial, gerando outros efeitos desejáveis, como a fixação do trabalhador no campo, aumento do emprego e renda fora dos grandes centros e geração de divisas com exportação.”

Além da emenda de Arruda, a CAE deverá apreciar em sua reunião de hoje projeto de lei de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG) elevando em 51% os limites permitidos para dedução por dependente nas declarações do Imposto de Renda das pessoas físicas; o projeto originário da Câmara obrigando as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los a cada cinco anos; e projeto de lei de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que obriga o governo a consultar o Senado antes de alterar as alíquotas do Imposto de Importação.

A CAE deverá apreciar também mensagem do presidente da República solicitando liberação de um empréstimo externo para o Banco do Nordeste do Brasil, no valor de US\$ 150 milhões, a ser concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão aplicados no Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas (PEM).

A energia pode acabar assim

Faça a sua parte!

Uma campanha de conscientização do uso da energia elétrica - Senado Federal

Subsecretaria de Projetos Especiais - C&D

CE vota mudança no repasse de recursos do salário-educação

Projeto de Álvaro Dias prevê destinação de um terço das verbas diretamente aos municípios, por critério de proporcionalidade

A Comissão de Educação vota hoje, às 11h30, projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que altera as regras de distribuição dos recursos do salário-educação — hoje destinados diretamente apenas aos estados e ao governo federal — de forma a beneficiar os municípios. A legislação atual estabelece uma quota federal, correspondente a um terço dos recursos, sendo o restante destinado a uma quota estadual. Esta parte é distribuída entre cada estado e seus municípios, segundo as legislações estaduais.



Álvaro quer critérios para que o dinheiro chegue aos municípios

— Muitas vezes o dinheiro é distribuído de acordo com critérios aleatórios, freqüentemente de natureza político-partidária — criticou o senador.

O projeto, que tem parecer favorável do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), pretende corrigir essa distorção ao destinar um terço dos recursos aos municípios, repartidos de acordo com os mesmos critérios de proporcionalidade que regem a distribuição dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).

— Desse modo, dá-se mais um passo na eliminação das desigualdades de gastos por alunos no interior de cada estado — disse o senador.

Na avaliação de Álvaro Dias, com a alteração os municípios passariam a receber recursos do salário-educação diretamente do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, “sem a necessidade de interposição das secretarias estaduais”.

A comissão vota ainda projeto do ex-senador Luiz Estevão que trata da conservação da concepção urbanística de Brasília. O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) elaborou relatório pela rejeição da proposta.

Ademir critica vetos ao Plano Nacional de Educação

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) solicitou o apoio dos parlamentares para a derrubada dos nove vetos presidenciais ao Plano Nacional de Educação (PNE). Ele observou que o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou o plano, mas retirou dele a eficácia de combate ao analfabetismo e de melhoria do ensino brasileiro, frustrando os diversos segmentos sociais que lutam por um plano educacional efetivo e por uma escola pública democrática e de boa qualidade.

O PNE buscava medidas para equacionar a grave questão educacional, disse o senador. Com base na evidência de que o poder público gasta pouco com educação, visava elevar o gasto de 4% do PIB para 10% após dez anos. Mas os vetos presidenciais anularam propostas de elevar o gasto público total em educação e determinar à União o encaminhamento de 75% de suas

verbas destinadas à educação para o desenvolvimento do ensino superior público, ressaltou. Além do projeto de triplicar o dispêndio com pesquisa científica e tecnológica, disse Ademir, o presidente vetou a implementação de um programa de garantia de renda mínima na educação infantil.

Ademir lamentou o veto à proposta de ampliação de oferta do ensino superior público nunca inferior a 40% do total do atendimento educacional nesse nível, bem como à implantação de planos gerais de carreira para os servidores técnicos e administrativos de educação básica.

O presidente comprometeu o desenvolvimento do país no mundo globalizado ao anunciar um plano



Para Ademir, vetos presidenciais retiram eficácia do PNE

de investimento de R\$ 67,2 bilhões para projetos de apelo imediato e retirar apoio aos investimentos no ensino superior, disse. “Não se pode, portanto, aceitar passivamente os vetos ao Plano Nacional de Educação”, frisou.

Conforme Ademir, o presidente tentou se justificar alegando que a maior parte dos vetos teve como base a Lei de Responsabilidade Fiscal, e que a decisão foi da equipe econômica. O senador ressaltou que, diante da crescente exigência de mão-de-obra qualificada no mercado, o governo deve ampliar investimentos na área da educação e impedir o desmantelamento das universidades públicas, detentoras da produção científica e tecnológica no país.

Jefferson visita estande do Senado na Bienal do Livro

Dois grandes passos foram dados pelo Senado nos últimos anos em matéria de comunicação e cultura, na opinião do senador Jefferson Péres (PDT-AM). “Um com o complexo de comunicação social da Casa, e o segundo com a melhoria substancial das publicações do Conselho Editorial, que está reeditando e editando obras de profundo valor”. É por isso, segundo Jefferson, que o estande do Senado na Bienal do Livro do Rio de Janeiro é um dos mais concorridos.

O estande também recebeu a visita do astrofísico

Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, para quem “as coleções de livros esgotados que estão sendo reeditadas pelo Senado são valiosíssimas para o acervo do historiador que se inicia”. A iniciativa, disse, “engrandece a cultura”.

Entre os livros expostos no estande, já estão esgotados *O Rio de Janeiro Como É*, de C. Schlichthost, e *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*, de Luiz Edmundo. Os demais lançamentos têm tido venda acima da expectativa.

Antero registra morte do ex-senador Vicente Vuolo

Ao comunicar o falecimento do ex-senador Vicente Vuolo, ocorrido na tarde de domingo no hospital São Lucas, em Brasília, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) manifestou solidariedade aos familiares do político mato-grossense e antecipou que, na sessão de hoje, apresentará requerimento de pesar, em conjunto com os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Jonas Pinheiro (PFL-MT).



Vuolo ocupou uma cadeira no Senado de 1978 a 1982

Vuolo, que morreu de pneumonia, enfrentou nos últimos três anos um tumor no pulmão e duas cirurgias na cabeça para extração de câncer. Ele era conhecido no Mato Grosso como o “pai” da Ferronorte — ferrovia cujo traçado liga São Paulo a Cuiabá. Seu corpo foi velado na Assembléia Legislativa de Mato Grosso e o enterro ocorreu no Cemitério do Coxipó da Ponte, na capital mato-grossense.

Filho de comerciantes, Vicente Vuolo nasceu em 3 de outubro de 1929 e formou-se em Direito em 1956, na Faculdade do Catete, no Rio de Janeiro. Sua primeira candidatura foi em 1958, quando disputou e conseguiu uma vaga na Assembléia Legislativa do Mato Gros-

so. Ele também foi prefeito de Cuiabá de 1962 a 1966 e deputado estadual por mais dois mandatos, no período de 1968 a 1974. Elegeu-se ainda deputado federal em 1974 e ocupou uma cadeira no Senado no período de 1978 a 1982.

— A sua luta pela construção da Ferronorte começou em 1975, como deputado

federal, quando apresentou e conseguiu aprovar no Congresso Nacional o projeto de lei que incluiu a ligação ferroviária entre Rubinéia (SP) e Cuiabá (MT) no Plano Nacional de Viação — lembrou Antero de Barros. A Ferronorte atravessa grandes áreas de produção do Centro-Oeste, como a região de Aparecida do Taboado (MS) e Rondonópolis (MT).

Na opinião de Antero, “morreu um homem de ideais que não fez fortuna nem nunca teve questionado o seu comportamento político”. O senador acrescentou que mesmo sem realizar o seu sonho maior — ver os trilhos da Ferronorte chegarem a Cuiabá —, Vuolo morreu com a certeza de que essa obra estará finalizada dentro de mais dois ou três anos.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Geraldo Cândido e Reginaldo Medeiros, gerente da Companhia Paulista de Força e Luz, falam sobre a crise energética
7h30 — *Entrevista* — O sen. Moreira Mendes fala sobre a Subcomissão Temporária de Turismo
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — O sono
9h — *As Cores do Brasil* — Rio Grande do Sul
9h30 — *Entrevista* — O técnico da Aneel, Alexandre Mancuso, fala sobre o racionamento de energia
10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura — Audiência pública com o Sen. José Jorge, ministro de Estado de Minas e Energia; Dr. Pedro Parente, ministro de Estado da Casa Civil — Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia; Dr. José Mário Miranda Abdo, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica — Aneel; Dr. César Antonio Gonçalves, superintendente de Regulamentação Econômica da Agência Nacional de Energia Elétrica — Aneel; Dr. Mário Fernando Santos, presidente do Operador Nacional do Sistema — ONS; prof. Luís Pinguelli Rosa, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ; prof. Maurício Tolmasquim, professor da Universidade

Federal do Rio de Janeiro — UFRJ; prof. Ildo Sauer, professor da Universidade de São Paulo — USP (ao vivo)

Logo após — Comissão de Educação (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo).
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — CPI do Futebol — Audiência com Ariberto Pereira dos Santos, funcionário da CBF e Eduardo José Farah, presidente da Federação Paulista de Futebol (gravado)
Logo após — Sessão Plenária — (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora*
As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música, informação e serviços
10h — Comissão de Assuntos Sociais
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite
23h — *Música do Brasil*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Marina crê na aprovação de projeto conservacionista

Proposta que deve ser votada hoje na CAS destina 1% do FPE ao desenvolvimento e preservação da região amazônica

Projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que reserva parte dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para o desenvolvimento e a preservação da região amazônica será colocado em votação hoje na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ao expressar a esperança de que o projeto seja aprovado, a senadora disse que, ao contrário do que aconteceu em 1999, quando a idéia foi rejeitada em Plenário, agora a bancada nordestina já se manifestou favoravelmente à proposta.

De acordo com projeto da senadora, todas as regiões do país serão obrigadas a repassar 1% da verba que recebem do fundo para a reserva destinada à Amazônia. Marina Silva ressaltou que, como as regiões Sul e Sudeste recebem mais recursos do que as outras, a

quantia que pode ser disponibilizada pelos estados que compõem essas duas regiões é maior do que a dos estados do resto do Brasil.

Com a criação da reserva do FPE, segundo a senadora, seriam acrescidos à verba que é destinada ao Acre R\$ 14 milhões. Roraima passaria a receber R\$ 50 milhões a mais do que o habitual, assinalou. A senadora sustentou que a Amazônia é uma responsabilidade de toda a sociedade.

Marina destacou que o crescimento sustentável que se pleiteia para a Amazônia não é decorrente só de preocupações ambientais e econômicas. Marina considera fundamental que sejam analisadas



Marina Silva: sustentabilidade social não pode ser desprezada

as questões culturais e políticas. Na sua avaliação, é importante que a região tenha assegurada a sua representatividade nos centros do poder e que os valores artísticos, que retratam as peculiaridades de todo o povo da Amazônia, tenham o seu espaço garantido.

No entendimento da senadora, a sustentabilidade social não pode ser desprezada. Marina afirmou que qualquer investimento na região tem que gerar a distribuição de riquezas e respeitar as diferentes comunidades da Amazônia. Na opinião da senadora, considerando-se todas essas questões, o resultado será o casamento de desenvolvimento, preservação e ética.

Cabral defende apoio ao caboclo da Amazônia

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) protestou contra o tratamento dado pelo governo ao caboclo da Amazônia, responsável pelo extrativismo da castanha na região e solidarizou-se com a categoria que, por não receber qualquer tipo de fomento, está subjugada pelos exportadores que ditam o preço da



Cabral: castanha sofre barreiras sanitárias descabidas

castanha, exportada por US\$ 1,5 o quilo, enquanto os produtores recebem apenas US\$ 0,35.

— É inadmissível que se negue ao caboclo um centavo de possibilidade enquanto saltam os escândalos por toda a parte. Se recebesse fomento, o exportador iria pensar duas vezes

antes de ditar o preço da castanha — afirmou.

Cabral lembrou, ainda, que a castanha brasileira vem sofrendo barreiras sanitárias descabidas por parte dos países integrantes da União Européia. O produto, informou, está na pauta de exportação, com cinco mil toneladas, que representam US\$ 8 milhões. Cabral recomendou a utilização da castanha na merenda escolar, dado ao seu rico conteúdo protéico.

Bernardo Cabral referiu-se também às denúncias de corrupção contra o governo federal, dizendo que “a cada dia que passa fica mais difícil exercer a política no Brasil”.

CPI das ONGs ouve hoje o primeiro depoimento

O primeiro depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades na atuação das organizações não-governamentais (CPI das ONGs) será de Lourenço Carrasco, o autor do livro *Máfia Verde*. A audiência está marcada para hoje, após a ordem do dia da sessão do Senado.

A comissão pretende ouvir várias autoridades e representantes de ONGs. O roteiro proposto pela relatora da comissão, Marluce Pinto (PMDB-RR), prevê o convi-

te para prestarem depoimentos à CPI os ministros da Justiça, José Gregori, e da Defesa, Geraldo Quintão; o chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso; e o diretor da Polícia Federal, Agílio Monteiro.

O comandante do Exército, general Gleuber Vieira, também deverá falar à CPI. A comissão vai ainda ouvir representantes de entidades não-governamentais, como a Associação Amazônia, a Cooperin-

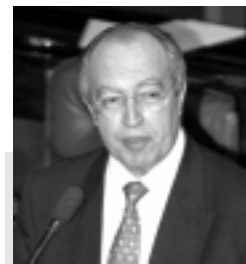


Marluce Pinto elaborou roteiro com depoimentos de autoridades

dio e o Conselho Indigenista de Roraima (CIR), envolvidas em denúncias de irregularidades. A primeira foi citada no requerimento para a abertura da CPI, apresentado por seu presidente, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

Lúcio Alcântara elogia o “Venda em Balcão”

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou o programa Venda em Balcão, que possibilita o acesso de compradores de menor porte aos estoques oficiais de grãos. O programa, em funcionamento desde 1997, foi criado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento.



Programa fixa o homem no campo, observa Alcântara

Administrado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Venda em Balcão está implantado em mais de 100 municípios espalhados por nove estados. Tem como clientes cadastrados 27 mil pequenos criadores e produtores rurais, dos quais mais da metade (cerca de 60%) são suinocultores.

De acordo com o senador, o programa eliminou um considerável elenco de restrições aos pequenos criadores rurais, como a inexistência de capital de giro e a grande dificuldade de acesso ao crédito. Cada cliente pode adquirir, mensalmente, até 15 toneladas de milho em grãos, 100 toneladas de ar-

roz em casca e 50 toneladas de trigo.

Alcântara informou que o programa tem maior volume de negócios na região Nordeste, que responde por 46% das vendas. O Ceará tem aproximadamente 1,4 mil participantes, e cada um adquiriu em média 8 mil quilos de grãos, entre janeiro e outubro do ano passado.

O senador apontou, como vantagens do Venda em Balcão, a fixação do homem no campo e a redução do tempo de depósito dos estoques públicos. Acrescentou que o governo tem conseguido diminuir as práticas abusivas de preços.

Alcântara salientou que o programa tem implementação automática sempre que o preço de mercado de determinado produto ultrapassar o chamado Preço de Liberação de Estoques (PLE). O programa também é ativado nos períodos e nas regiões em que o governo estiver realizando ofertas públicas de estoques através de bolsas de mercadorias.

Moreira Mendes cobra incentivos para o café

A adoção de uma série de medidas voltadas à proteção dos produtores brasileiros de café foi defendida ontem pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO) em discurso no Plenário. Entre as medidas propostas, ele destacou a necessidade de refinanciamento



Moreira diz que agricultores falam em vender propriedades

das dívidas dos pequenos produtores, com a redução das taxas de juros e a desburocratização de seu acesso ao crédito.

Moreira Mendes relatou a visita que fez à Zona da Mata de Rondônia, no final de semana. Ele esteve nos municípios de Rolim de Moura, Alta Floresta, Alto Alegre dos Parecis e Santa Luzia do Oeste, localidades em que a cafeicultura se reveste na principal atividade econômica, sendo exercida, especialmente, pelos pequenos agricultores.

O senador ressaltou que seu estado é o quarto produtor nacional, tendo 44 mil das quase 90 mil propriedades voltadas para a

produção de café. Isso representa um total de 213.128 hectares de lavoura cafeeira, segundo dados do IBGE por ele citados. Ele informou que nesta safra de 2001 deverão ser colhidas 240 mil toneladas de café, com a previsão de beneficiamento de 2,2 milhões de sacas.

Contudo, os preços, que no ano passado oscilaram entre R\$ 70 e R\$ 80, neste ano estão entre R\$ 40 e R\$ 45 a saca, afirmou Moreira Mendes.

— Eu vi o suplício desses agricultores, muitos deles falando em vender sua propriedade para pagar as dívidas com o banco.

Moreira disse que essa situação demonstra faltar ao governo federal uma política agrícola séria. O senador sugeriu que o Executivo atue no sentido de incentivar a modernização das lavouras, de modo a reduzir os custos de produção, e promova a presença brasileira no mercado internacional, por meio da publicidade e do *marketing*.

CAS promove hoje audiência pública sobre diretrizes de política urbana

Comissão deve analisar também projeto do senador Paulo Hartung que prevê a fixação de cota mínima mensal de consumo de água, a ser fornecida gratuitamente e imune a corte

Projeto do Senado que fixa as diretrizes gerais da política urbana será debatido hoje, a partir das 10h, em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A discussão deverá instruir a votação do substitutivo da Câmara apresentado à proposta, de autoria do falecido senador Pompeu de Souza, e contar com a participação do secretário de Desenvolvimento Urbano, ministro Ovídio de Angelis; do deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator do projeto na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara; e da consultora do Instituto Polis Raquel Rolnik.

Após a ordem do dia, a CAS volta a se reunir para apreciar, entre outras matérias, parecer favorável do senador Osmar Dias (PSDB-PR) a projeto do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que prevê a fi-



xação de uma cota mínima mensal de consumo de água por família, fornecida gratuitamente e imune a corte. Hartung propõe ainda a adoção de um sistema de tarifa progressiva por faixas de consumo, o que viabilizaria o financiamento da concessão da gratuidade às famílias de baixa renda.

A pauta da reunião da CAS também inclui a votação de parecer favorável do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) a projeto da

senadora Marina Silva (PT-AC) criando uma reserva no Fundo de Participação dos Estados (FPE) para unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, áreas de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas. A distribuição desses recursos seria baseada em coeficientes individuais de participação, fixados a partir da área de cada estado ocupada por parques nacionais, reservas ecológicas, florestas naci-

onais, reservas indígenas demarcadas e extrativistas.

Também deve ser votado, em caráter terminativo, parecer do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) a dois projetos do Senado, de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) e do ex-senador Blairo Maggi, relativos à produção, comercialização e fiscalização do uso de agrotóxicos. Em seu substitutivo, Pinheiro aproveita parte das propostas no tocante à responsabilidade da União em efetuar o registro prévio do princípio ativo do agrotóxico e passar a legislar sobre a destruição de embalagens dos produtos. Em votação secreta, a CAS deve decidir sobre a recondução, por três anos, do médico Luis Carlos Wanderley Lima ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Romero Jucá homenageia enfermeiros

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou, em pronunciamento, a importância dos profissionais de enfermagem para o aprimoramento dos níveis de saúde da população brasileira, tanto no setor público como no crescente campo da assistência domiciliar. O parlamentar homenageou os enfermeiros e enfermeiras por ocasião da Semana Nacional de Enfermagem, comemorada de 12 a 19 de maio.

Na avaliação do senador, “sendo uma profissão que exige alto sentido de ética pessoal e de respeito pela vida humana, a enfermagem beira à vocação sacerdotal”. Jucá observa que “tratar de pessoas debilitadas ou necessitando de cuidados especiais exige vocação, não apenas vontade”.

Ele entende que a evolução da formação e do exercício profissional dos enfermeiros no Brasil dirigiu-se sobretudo para o ambiente familiar, enfocando também a assistência aos doentes internados.

— Sem demérito para o corpo de enfermagem de nossos hospitais, sem o qual não haveria cura possível para nossos doentes, o Brasil abriu e continua abrindo novos e relevantes campos para a atuação de enfermeiros e enfermeiras com boa formação.

A saúde pública é um exemplo citado por Jucá. O parlamentar assinala a importância de contar com profissionais de enfermagem nas ações de prevenção e controle de doenças. “Os já famosos agentes de saúde necessitam de orientação e supervisão médica e de enfermagem; as equipes que vêm sendo montadas no país afuera incluem espaço para enfermeiros de alta qualificação”, explicou.

Em função disso, ele defende que as escolas de enfermagem enfoquem com rigor a formação de profissionais para atuação na área de saúde pública.

A assistência domiciliar, por outro lado, é outra faixa que vem “se alargando com o aumento populacional, com o envelhecimento da população e com a impossibilidade de manutenção do modelo de hospitalização que ainda hoje vigora no Brasil”, acrescenta o senador.

Senado aprecia projeto que facilita acesso de gestante a ônibus

O Senado deve votar hoje projeto originário da Câmara que faculta às gestantes o direito de utilizar a porta traseira dos ônibus urbanos e metropolitanos providos de catracas ou roletas, sem prejuízo do pagamento da tarifa. A medida será válida também para cinemas e quaisquer outros recintos cuja entrada seja controlada por meio de catracas, de modo a assegurar às gestantes a possibilidade de acesso por locais sem obstáculos que lhes dificultem a passagem.

Também hoje, o Senado retoma a discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que exige a renúncia, seis meses antes do pleito, do presidente da República, governadores e prefeitos que desejarem disputar a reeleição.

O Plenário realiza o quarto dia de debate da proposta de emenda à Constituição do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que transforma os integrantes da carreira de policial militar do ex-território de Rondônia em quadro em extinção da administração federal. O texto estabelece que esses policiais continuarão prestando serviço a Rondônia, na condição de cedidos pela União.

Será votado ainda projeto de decreto legislativo aprovando o texto da emenda ao Acordo sobre Transportes Aéreos, celebrado entre o Brasil e o Chile. Aguardam também votações decretos renovando a concessão de cinco emissoras de rádio.

Mauro destaca o perdão de parte de dívida de mutuários

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) registrou ontem o sucesso de negociação que garantirá a 128 mil mutuários do Programa de Ação Imediata da Habitação em todo o país o perdão da maior parte das suas dívidas para com a Caixa Econômica Federal. A negociação teve a participação dos senadores de Goiás, Maguito Vilela e Iris Rezende, ambos do PMDB, além de Mauro. A Caixa Econômica Federal perdoou o saldo devedor desses mutuários, que têm renda mensal de um a três salários mínimos, e decidiu cobrar deles apenas 12% do valor do imóvel. O governo de Goiás assinou nesta segunda-feira um acordo para que o próprio governo assumira a quitação desses 12% restantes desses mutuários residentes no estado.

A medida atingirá inicialmente 10 mil mutuários de 44 conjuntos habitacionais espalhados por 30 municípios goianos. O programa deve, no futuro, ser estendido a outros estados. “A boa vontade das autoridades acabou com o tormento dessas



Mauro: negociações tiveram participação dos senadores goianos

pessoas de pagar a casa sem saber o saldo devedor”, disse o senador. Em aparte, o senador Iris Rezende se disse feliz com a conquista dos mutuários e destacou o empenho de Mauro Miranda nessa luta.

AUDIÊNCIA

O senador Mauro Miranda pediu a presença de todos os parlamentares na audiência pública que se realizará hoje, às 10h, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sobre o Estatuto das Cidades. Partici-

parão da reunião autoridades e técnicos ligados ao setor de desenvolvimento urbano. O estatuto, nas palavras de Mauro Miranda, é uma caixa de ferramentas que dotará o poder público municipal de base legal para as ações governamentais. Mauro Miranda espera que os parlamentares apresentem sugestões para que o desenvolvimento planejado dos municípios saia definitivamente do papel e provoque melhoria na qualidade de vida dos mais de 80% dos brasileiros que vivem em cidades.